

FHC critica na ONU 'déficit' de democracia

Presidente aponta necessidade de rever globalização, propõe a reformulação dos organismos internacionais e cobra vaga para o Brasil no Conselho de Segurança

DENISE CHRISPIM MARIN
Enviada especial

NOVA YORK – O presidente Fernando Henrique Cardoso atacou ontem, em seu discurso na abertura dos debates da 56.ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, o “déficit de democracia no plano internacional”. Ele voltou a defender a necessidade de uma globalização solidária, avaliando que o processo está muito aquém do esperado, o que provoca um “déficit de governança” que debilita os organismos de decisão e cooperação mundiais. Na mesma linha de seu discurso na Assembleia Nacional da França, o presidente cobrou maior participação dos países emergentes e a reformulação desses organismos.

Isso passa, segundo ele, pela renovação das instituições criadas na Conferência de Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo reforço do papel da ONU. Fernando Henrique insistiu na necessidade de ampliar a representação no Conselho de Segurança, cobrando uma cadeira para o Brasil. Para ele, a composição do conselho, formado após a 2.ª Guerra Mundial, “não pode continuar a refletir o arranjo entre os vencedores de um conflito ocorrido há 50 anos”.

“Há um déficit de governança no plano internacional, e isso deriva de um déficit de democracia”, afirmou. “O Brasil reclama a ampliação do Conselho de Segurança e considera ato de bom senso a inclusão, na categoria de membros permanentes, daqueles países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo.”

Fernando Henrique discursou por 14 minutos, em português, à exceção de um pequeno trecho em inglês. Essa foi a primeira vez, em seus dois mandatos, que tomou para si a missão. Desde 1949, a tarefa é cumprida por um representante brasileiro – em geral pelo chanceler. Na avaliação de fontes diplomáticas do Brasil, ele fez um discurso ousado, aprofundando conceitos antes levantados timidamente e “bateu” em posições dos Estados Unidos.

No discurso ficou clara sua crítica à decisão americana de combater o terror por vias mili-

tares convencionais. Como alternativa, sugeriu uma campanha para eliminar mecanismos de financiamento do terror.

Sem usar a expressão, o presidente retomou o recente discurso contra ações unilaterais dos países mais poderosos. E declarou que a luta contra o terrorismo não pode depender da “eficácia de ações de autodefesa ou do uso da força militar de cada país”, numa referência às iniciativas tomadas pelos Estados Unidos no Afeganistão. O presidente acrescentou que o Brasil não espera ver paralisada a ajuda humanitária aos afegãos e estará disposto a “abrigar refugiados” daquele país.

A alternativa à força militar, na sua avaliação, está na cooperação entre os países para eliminação das atividades afins ao terrorismo, como tráfico de drogas, contrabando de armas e lavagem de dinheiro. Por isso, propôs o fim dos paraísos fiscais. “Coloquemos um fim a esses abrigos da corrupção e do terror”, declarou o presidente, que algumas horas depois visi-

tou os escombros do World Trade Center.

Um pouco antes, o Brasil assinou dois documentos: uma convenção internacional para supressão do financiamento do terrorismo e um tratado que permite a implementação do Protocolo de Kyoto. O protocolo prevê o controle na emissão de poluentes, mas não fora assinado pelos EUA. O novo acordo, sugerido pela diplomacia brasileira, adia a definição sobre sanções, permitindo a retificação do protocolo.

No plano comercial, Fernando Henrique defendeu a realização de uma “rodada do desenvolvimento” na Organização Mundial do Comércio (OMC), tema que está sendo discutido em Doha, no Catar. Mas foi além dos ataques às barreiras protecionistas dos países desenvolvidos. Acrescentou uma crítica à resistência americana à adoção de regras para suspender patentes farmacêuticas em caso de risco de desabastecimento. “Somos pelas leis de mercado e pela proteção à propriedade intelectual. Mas não ao custo de vidas humanas.”

■ *Mais sobre a Assembleia-Geral da ONU na página A20 e sobre a reunião da OMC no Caderno de Economia*

ACORDO DESTRAVA PROTOCOLO DE KYOTO